

---

## A LIBERDADE NA VISÃO DE SANTO AGOSTINHO NA OBRA O LIVRE- ARBÍTRIO: UM ESTUDO METAFÍSICO E MORAL

### *FREEDOM IN VISION OFF SAINT AUGUSTINE IN THE WORK FREE WILL: A METAPHYSICAL AND MORAL STUDY*

Luiz Filipe Ramos Dos Santos<sup>1</sup>

Prof. Me. Paulo César Delboni<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a concepção de liberdade na visão de Santo Agostinho, tendo como base a obra O livre-arbítrio. Trata-se de um estudo de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, inserido no campo da filosofia metafísica e moral. A pesquisa busca compreender como Agostinho articula a liberdade humana com a presença do mal e com a bondade divina, respondendo à questão central: se Deus é sumamente bom, de onde provém o mal? Partindo dessa problemática, o estudo evidencia que, para o bispo de Hipona, o mal não possui substância própria, mas consiste na privação do bem, manifestando-se no mau uso da liberdade concedida por Deus ao homem. O livre-arbítrio, portanto, é um dom divino que possibilita ao ser humano escolher entre o bem e o mal, sendo a moralidade da ação medida pela orientação da vontade. A reflexão agostiniana conduz à compreensão de que a verdadeira liberdade não se realiza na simples possibilidade de escolha, mas na adesão consciente e amorosa à vontade divina. Conclui-se que a liberdade, em Agostinho, é essencialmente ética, pois o homem só se torna verdadeiramente livre quando se volta para o Bem Supremo, que é Deus. Assim, o estudo reafirma a relevância do pensamento agostiniano para a filosofia e a teologia, ao propor uma visão integral do ser humano como criatura livre, responsável e orientada para a verdade.

**Palavras-chave:** Liberdade; Santo Agostinho; Vontade.

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the concept of freedom in the thought of Saint Augustine, based on his work On Free Will. It is a bibliographical research with a qualitative approach, situated within the fields of metaphysical and moral philosophy. The research seeks to understand how Augustine articulates human freedom with the existence of evil and divine goodness, addressing the central question: if God is supremely good, where does evil come from? From this inquiry, the study shows that, for the Bishop of Hippo, evil has no proper substance but consists in the privation of good, manifested in the misuse of the freedom granted by God to man. Free will, therefore, is a divine gift that enables the human being to choose between good and evil, with moral action determined by the orientation of the will. Augustine's reflection leads to the understanding that true freedom is not merely the capacity to choose but the conscious and loving adherence to the divine will. It is concluded that, in Augustine, freedom is essentially ethical, since man becomes truly free only when he turns toward the Supreme Good, which is God. Thus, the study reaffirms the relevance of Augustinian thought to philosophy and theology by proposing an integral vision of the human being as a free, responsible creature oriented toward truth.

---

<sup>1</sup> Centro Universitário Salesiano – Unisales. Vitória/ES, Brasil. E-mail: luizframes2003@gmail.com

<sup>2</sup> Centro Universitário Salesiano – Unisales. Vitória/ES, Brasil. E-mail: pdelboni@salesiano.br

**Keywords:** Freedom; Saint Augustine; Will.

## 1 INTRODUÇÃO

Aurélio Agostinho, mais conhecido como Santo Agostinho de Hipona, nasceu em 354, na cidade de Tagaste, região correspondente à atual Argélia. Seu pai, Patrício, de formação pagã, converteu-se ao cristianismo antes de sua morte; sua mãe, Mônica, cristã fervorosa, exerceu influência decisiva na formação moral e espiritual do futuro filósofo e teólogo. Agostinho estudou retórica em Cartago, e, aos dezessete anos, teve um filho, Adeodato. A leitura do *Hortensius*, de Cícero, foi determinante para despertar em Agostinho o amor pela sabedoria e o interesse pela filosofia, conduzindo-o a uma busca existencial e racional pelo sentido da verdade.

Em 384, Agostinho passou a lecionar retórica em Milão, onde conheceu Santo Ambrósio, bispo da cidade. A convivência com Ambrósio e o contato com o cristianismo suscitaram nele uma profunda crise interior, marcada pela tensão entre a busca da verdade e o apego aos prazeres mundanos. Nesse contexto, o estudo dos filósofos neoplatônicos desempenhou papel fundamental na sua conversão intelectual, conduzindo-o à superação gradual do materialismo maniqueu. Em 387, após um intenso itinerário espiritual, foi batizado por Santo Ambrósio, juntamente com seu filho. De volta a Tagaste, fundou um mosteiro e dedicou-se à vida ascética. Pouco tempo depois, perdeu a mãe e o filho. Ordenado presbítero em Hipona no ano de 391, foi nomeado bispo em 395, cargo que manteve até sua morte, ocorrida em 430, durante o cerco da cidade pelos vândalos.

Durante sua juventude, Agostinho aderiu ao maniqueísmo, doutrina dualista que concebia a realidade a partir da oposição entre dois princípios ontológicos o bem e o mal. A influência espiritual de sua mãe e o reencontro com o pensamento cristão, entretanto, o conduziram a uma reflexão mais profunda sobre a origem do mal e a liberdade do ser humano. Essa transição marca a passagem de uma concepção dualista de mundo para uma visão unitária e metafísica do real, fundada na primazia do ser e na dependência ontológica da criatura em relação a Deus.

A problemática da liberdade constitui um dos temas centrais da filosofia e da teologia, sobretudo no que se refere à responsabilidade moral do homem e à presença do mal no mundo. Nesse horizonte, Santo Agostinho ocupa um lugar privilegiado, pois inaugura um modo propriamente cristão de pensar a liberdade, integrando a herança platônica a uma reflexão teológica sobre a condição humana.

Na obra *De libero arbitrio*, escrita entre 388 e 395, Agostinho procura responder a uma questão decisiva: se Deus é sumamente bom e onipotente, qual é a origem do mal? A resposta a essa indagação exige o exame do livre-arbítrio (*liberum arbitrium*), entendido como faculdade da alma racional que confere ao homem o poder de escolher entre o bem e o mal. O mal, portanto, não procede de Deus, mas do mau uso da liberdade concedida por Ele à criatura racional. O livre-arbítrio é, assim, condição da moralidade e fundamento da responsabilidade ética do ser humano.

Entretanto, a reflexão agostiniana sobre a liberdade não se esgota nessa primeira formulação. À medida que seu pensamento amadurece, emerge uma tensão entre a autonomia da vontade e a necessidade da graça divina para a realização efetiva do bem. Essa tensão constitui o núcleo da teologia agostiniana da liberdade: o homem é

livre, mas sua liberdade, ferida pelo pecado, necessita ser restaurada pela ação da graça.

Desse modo, o presente trabalho propõe como problema de investigação a seguinte questão: como Santo Agostinho concebe a liberdade humana na obra *De libero arbitrio*, e de que modo essa concepção articula uma compreensão metafísica da alma com uma exigência moral de responsabilidade diante do mal?

Trata-se, portanto, de examinar o modo como Agostinho procura resolver a tensão entre a liberdade humana e a existência do mal, articulando uma reflexão metafísica, que aborda a natureza da alma, o ser e o bem, com uma dimensão ético-teológica, que diz respeito à culpa, à responsabilidade e à justiça divina. Tal investigação visa, em última instância, compreender a coerência racional da fé cristã, isto é, a conciliação entre liberdade, providência e justiça divina no interior da metafísica agostiniana.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

A reflexão sobre a liberdade humana e o livre-arbítrio em Santo Agostinho tem sido objeto de ampla análise na tradição filosófica e teológica, uma vez que o bispo de Hipona é considerado o principal formulador de uma concepção cristã de liberdade. Sua obra *De libero arbitrio* representa um marco na tentativa de conciliar a bondade e a onipotência divinas com a existência do mal no mundo, introduzindo uma visão da liberdade humana que une razão, fé e responsabilidade moral.

De acordo com Peter Brown (2011), a trajetória intelectual de Agostinho não pode ser dissociada de sua experiência pessoal de busca pela verdade e conversão interior. O autor mostra que a passagem do maniqueísmo ao cristianismo marca uma profunda transformação na concepção agostiniana do mal: de princípio substancial oposto ao bem, o mal passa a ser entendido como *privatio boni*, isto é, ausência ou corrupção do bem. Tal mudança de perspectiva tem implicações decisivas para a compreensão da liberdade, pois, ao negar o dualismo maniqueu, Agostinho afirma a autonomia moral do homem diante de Deus.

Étienne Gilson (1994; 2000) destaca que o pensamento agostiniano introduz uma concepção nova de liberdade, distinta da tradição grega. Enquanto Platão e Aristóteles entendiam a liberdade como o domínio racional sobre as paixões ou como escolha deliberada orientada ao bem, Agostinho concebe a liberdade como faculdade espiritual, expressão da imagem divina presente no homem. Para Gilson, “a liberdade agostiniana não é o simples poder de escolher, mas a capacidade de escolher bem, orientada pela razão e pela graça divina”. Essa formulação evidencia o caráter teológico da liberdade em Agostinho, cuja plenitude só é alcançada na adesão ao bem Supremo Deus.

No mesmo horizonte, Reale e Antiseri (1990) afirmam que Agostinho supera as filosofias antigas ao situar o problema da liberdade no âmbito da relação entre a criatura e o Criador. O homem, criado à imagem de Deus, possui a faculdade de escolher, mas sua vontade encontra-se ferida pelo pecado original. Assim, o livre-arbítrio é condição necessária da moralidade, mas sua realização plena depende da ação restauradora da graça divina. A liberdade, portanto, é ao mesmo tempo dom e responsabilidade, e o mal moral resulta do mau uso dessa liberdade.

Segundo Tomasevicius Filho (2006), a noção de liberdade em Agostinho articula-se em três níveis: ontológico, moral e teológico. No plano ontológico, a liberdade manifesta a dignidade do ser humano como criatura racional; no plano moral, funda a responsabilidade ética; e, no plano teológico, revela a dependência da graça para a realização do bem. Essa estrutura tríplice mostra que a liberdade, longe de ser mera autonomia, é uma participação na bondade e na verdade divinas.

A influência agostiniana se estende à filosofia medieval, sobretudo em Tomás de Aquino, que retoma e sistematiza o pensamento do bispo de Hipona. Para Aquino (Suma Teológica, I-II, q. 83), o livre-arbítrio é uma faculdade da vontade e da razão, pela qual o homem pode deliberar e escolher. Contudo, a liberdade só se realiza quando está em conformidade com a lei eterna, isto é, quando a vontade humana se harmoniza com a vontade divina. Assim como Agostinho, Tomás reconhece que a graça não destrói o livre-arbítrio, mas o eleva, aperfeiçoando a capacidade humana de escolher o bem.

Na modernidade, a concepção de liberdade sofre uma transformação significativa. Immanuel Kant (1785), em *Fundamentação da metafísica dos costumes*, define a liberdade como autonomia da razão prática, isto é, a capacidade de a razão legislar moralmente para si mesma. Embora também relacione liberdade e moralidade, Kant desloca o fundamento teológico para um princípio racional e autônomo. Em contraste, Agostinho entende a liberdade como relação e participação: o homem é verdadeiramente livre não quando se autodetermina independentemente de Deus, mas quando orienta sua vontade para Ele.

James Wetzel (1992) observa que a originalidade de Agostinho está em vincular a liberdade à interioridade. A verdadeira liberdade não consiste em escolher arbitrariamente, mas em ordenar o amor o *ordo amoris*, amando cada coisa segundo o grau de perfeição que lhe corresponde. O homem é livre quando ama a Deus sobre todas as coisas e quando sua vontade está em conformidade com o bem.

Em síntese, a literatura especializada demonstra que a concepção agostiniana de liberdade representa uma síntese entre filosofia e teologia, razão e fé. O livre-arbítrio é o fundamento da moralidade e da responsabilidade humana, mas sua plenitude depende da graça que orienta e fortalece a vontade. A liberdade, para Santo Agostinho, é uma realidade participativa e relacional: o homem só é plenamente livre quando, movido pela graça, adere voluntariamente ao bem supremo.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem de caráter teórico, filosófico e hermenêutico, tendo como eixo central a análise conceitual e interpretativa da obra *De libero arbitrio*, de Santo Agostinho. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido a partir da interpretação textual e da reconstrução filosófica do pensamento agostiniano em seu contexto histórico e intelectual.

O método filosófico utilizado é predominantemente hermenêutico, pois visa compreender o sentido interno da reflexão de Agostinho sobre a liberdade humana e sua relação com o problema do mal. A hermenêutica, nesse sentido, não se limita à leitura literal do texto, mas busca apreender a coerência interna, as influências e as

implicações metafísicas, éticas e teológicas que compõem a unidade do pensamento do autor.

Inicialmente, será realizado um levantamento bibliográfico abrangente, com foco nas obras primárias de Santo Agostinho, especialmente *De libero arbitrio*, *Confessiones* e *De civitate Dei*, bem como em obras secundárias de comentadores clássicos e contemporâneos, que contribuam para o esclarecimento do tema da liberdade e da graça na filosofia agostiniana.

Num segundo momento, proceder-se-á à análise conceitual dos termos centrais que estruturam a reflexão do autor, tais como *liberum arbitrium* (livre-arbítrio), *voluntas* (vontade), *gratia* (graça), *malum* (mal) e *bonum* (bem). Essa análise buscará compreender o desenvolvimento interno das ideias e a passagem de uma concepção psicológica da liberdade para uma compreensão metafísica e teológica.

O estudo também recorrerá a uma leitura comparativa das influências filosóficas presentes no pensamento de Agostinho, especialmente o neoplatonismo e o estoicismo, além de seu diálogo crítico com o maniqueísmo, doutrina que marcou sua juventude. Essa comparação permitirá identificar como Agostinho reelabora categorias filosóficas herdadas da tradição greco-romana à luz da fé cristã.

Por fim, a pesquisa busca evidenciar a unidade entre razão e fé na concepção agostiniana da liberdade, mostrando como a filosofia, para Agostinho, não se opõe à teologia, mas se torna instrumento de aprofundamento racional da verdade revelada. A análise dos textos será conduzida à luz da coerência interna do sistema agostiniano, evidenciando a passagem da autonomia da vontade humana à sua dependência da graça divina.

A metodologia, portanto, fundamenta-se em três dimensões complementares: Histórico-filosófica, ao situar o pensamento de Agostinho no contexto de seu tempo; Conceitual, ao explicitar os significados e as relações dos principais conceitos de sua filosofia moral e metafísica; Hermenêutica, ao interpretar o texto como expressão de uma experiência existencial e de uma busca pela verdade. Dessa forma, o percurso metodológico pretende não apenas descrever o pensamento de Santo Agostinho, mas compreendê-lo em sua totalidade, destacando sua relevância para a tradição filosófica e teológica ocidental, bem como sua contribuição para o debate permanente sobre a liberdade, o mal e a graça.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 O CONCEITO DE LIVRE-ARBÍTRIO

O conceito de livre-arbítrio em Santo Agostinho é um dos pilares mais complexos e, por vezes, mal compreendidos de seu vasto pensamento. Para um olhar superficial, sua filosofia pode parecer contraditória, ele defende que o ser humano tem a capacidade de escolher, mas, ao mesmo tempo, afirma que essa capacidade é corrompida pelo pecado original, tornando-se incapaz de alcançar o bem supremo sem a intervenção divina. Uma defesa filosófica robusta, no entanto, revela que a visão agostiniana não é uma contradição, mas uma elaborada resposta a três dos maiores desafios da filosofia e da teologia: a origem do mal, a justiça de Deus e a natureza da responsabilidade humana.

O ponto de partida da defesa agostiniana é a teodiceia, a tentativa de conciliar a onipotência e a bondade de Deus com a existência do mal no mundo. Agostinho rejeita a ideia de que o mal seja uma substância ou um princípio eterno, como defendiam os maniqueus. Para ele, o mal não é uma “coisa” criada por Deus, mas uma deficiência ontológica, uma ausência de ser ou de bem. Nesse contexto, o livre-arbítrio se torna o instrumento filosófico crucial para desvincular Deus da autoria do mal moral, Agostinho argumenta que o mal é o resultado de uma realização da vontade, um desvio voluntário da origem divina. A capacidade de escolher (o livre-arbítrio) é, em si mesma, um dom bom e necessário, pois é o que possibilita ao ser humano amar a Deus por escolha, e não por imposição. Sem o livre-arbítrio, o amor não seria virtude, e a obediência não teria mérito. A responsabilidade moral, portanto, repousa sobre a vontade humana, como Agostinho questiona se Deus fosse causa do mal, como poderia Ele justamente punir o pecado? A única resposta coerente é que a escolha reside no homem.

Agostinho procura responder ao problema do mal, contra os maniqueus, que concebiam o mal como substância oposta ao bem, o bispo de Hipona sustenta que o mal é privação do bem. Como ele afirma: “pois o mal não é outra coisa senão a privação do bem” (Confissões, III, 7-12). Dessa forma, a origem do mal não pode ser atribuída a Deus, mas ao mau uso do livre-arbítrio humano. Aqui se evidencia a centralidade da vontade, se em Platão o mal era efeito da ignorância, para Agostinho é resultado de uma escolha desordenada. Nessa passagem da primazia da razão para a primazia da vontade, Agostinho inaugura uma linha de pensamento que influenciará a filosofia medieval e moderna. Hannah Arendt, ao refletir sobre a obra, chega a afirmar que ele é o verdadeiro “descobridor da vontade” (200, p.215)

Agostinho sustenta que o livre-arbítrio é um bem concedido por Deus ao homem. Por meio dele, o ser humano é capaz de agir moralmente e de se orientar livremente para o bem. O livre arbítrio, portanto, não é algo negativo, mas expressão da dignidade da criatura racional, que participa da ordem do ser criada por Deus. O homem criado à semelhança do Criador, foi dotado de razão e vontade livre para que pudesse não apenas conhecer a verdade, mas também amá-la e aderir a ela. A liberdade, nesse sentido, não é concebida como uma pura indiferença, mas como capacidade orientada a um fim: o bem supremo que é Deus.

No diálogo com Evódio Agostinho responde à questão da origem do mal afirmando que este não procede de Deus, mas do mau uso da liberdade humana. O mal não é uma substância ou uma força independente, mas uma privação do bem. Ele surge quando o homem, possuindo livre-arbítrio, desvia sua vontade do bem superior e se apega desordenadamente a bens inferiores. Assim o pecado é fruto da vontade humana, e não uma determinação divina. A liberdade torna o homem responsável por suas ações: se age retamente, é digno de mérito, se escolhe o mal, é culpável. Dessa forma, o livre-arbítrio se apresenta como fundamento da moralidade.

O livre-arbítrio, para Santo Agostinho, é a manifestação concreta da liberdade humana na esfera moral. Enquanto a liberdade se refere à capacidade ontológica da vontade de agir, o livre-arbítrio diz respeito à escolha efetiva entre o bem e o mal, ou seja, ao exercício responsável da liberdade. Em *O Livre Arbítrio*, Agostinho afirma: “O homem foi criado com livre-arbítrio, a fim de que pudesse escolher entre o bem e o mal; assim, se escolhe o bem, age corretamente; se escolhe o mal, comete pecado” (1995, p. 45)

Essa definição revela que o livre-arbítrio não é apenas a possibilidade de escolher, mas a condição ética que permite à ação humana ser considerada moralmente meritória ou culpável. Sem a liberdade, não haveria responsabilidade moral, nem distinção entre ações virtuosas e pecaminosas. A escolha humana, portanto, é simultaneamente um exercício de liberdade e um ato ético que reflete a inclinação ou desvio da vontade em relação ao bem supremo, que é Deus.

Agostinho também distingue o livre-arbítrio das inclinações naturais da alma, enfatizando que o exercício moral correto depende da ordenação da vontade. Segundo ele, a vontade é capaz de decidir pelo bem, mas frequentemente se desvia devido à corrupção introduzida pelo pecado original (*O Livre Arbítrio*, III, 4). Assim, o livre-arbítrio não é absoluto: é uma liberdade que existe, mas que requer orientação racional e moral. Como afirma Gilson: “A liberdade agostiniana não é o simples poder de escolher, mas a capacidade de escolher bem, orientada pela razão e pela graça divina” (Agostinho, 1994, p. 87).

Essa compreensão permite a Agostinho conciliar a liberdade humana com a necessidade da intervenção divina: o ser humano é livre para escolher, mas a escolha moralmente correta depende da cooperação com Deus. Essa perspectiva fundamenta a ética agostiniana, pois o mérito ou culpa moral das ações humanas só se entende dentro dessa tensão entre liberdade e orientação ao bem.

Em termos metafísicos, o livre-arbítrio também evidencia a dignidade do ser humano como criatura racional e moral. A capacidade de escolher é uma marca da imagem de Deus presente no homem, segundo Agostinho: “Fomos criados à imagem de Deus, e a liberdade de nossa vontade é sinal desta imagem; por meio dela, podemos dirigir-nos para o bem supremo” (*O Livre Arbítrio*, II, 7).

Em Platão, sobretudo na República, o bem é concebido com a realidade suprema, a ideia do bem, à qual o homem deve se conformar. A liberdade, nesse sentido, é compreendida menos como um poder de escolha indeterminado e mais como a responsabilidade de conhecer e aderir ao bem.

O mal, por sua vez, seria efeito da ignorância. Agostinho retoma essa perspectiva, mas dá um passo decisivo, para ele, o mal não é ignorância apenas, mas uma decisão voluntária de afastar-se do bem. Com isso, a noção de liberdade desloca-se da esfera meramente racional para a esfera da vontade. Para Tomás de Aquino, herda de Agostinho a centralidade da vontade, mas sistematiza o conceito. Para ele, a liberdade não é defendida pela possibilidade de escolher o mal, mas pelo movimento em direção ao fim último, que é a bem-aventurança em Deus. Escreve Tomás: “O livre-arbítrio é uma faculdade da vontade e da razão” (*Suma Teológica*, I, q. 83).

Já na modernidade, Kant define a liberdade como autonomia da vontade, isto é a capacidade da razão prática legislar moralmente para si mesma. A liberdade é, portanto, obedecer à lei moral que a própria razão estabelece. Em fundamentação da metafísica dos costumes, Kant afirma: “A liberdade e a lei moral são a mesma coisa”, a diferença para Agostinho é radical. Enquanto Kant entende a liberdade como autodeterminação racional independente de Deus, Agostinho concebe como heteronomia relacional: a vontade só é livre quando ordenada a Deus, fonte do ser e do bem. Para Kant, o fundamento da liberdade é a razão, para Agostinho, é a participação no bem absoluto. O conceito de liberdade sempre ocupou um lugar

privilegiado no pensamento filosófico. Seja em sua dimensão prática, vinculada à ação, seja em sua dimensão ontológica, relacionada ao ser, a liberdade constitui um, no contexto da patrística cristã, e a de Immanuel Kant, no contexto da modernidade iluminista. Embora ambos reconheçam que a dignidade do homem se encontra no uso da liberdade, os fundamentos e a estrutura do conceito variam radicalmente. No pensamento moderno, Kant representa uma virada conceitual. Sua definição de liberdade desloca o fundamento da ordem teológica para a autonomia da razão prática. Em sua *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785), Kant formula que a liberdade consiste na capacidade da razão legislar moralmente para si mesma. Diferentemente de Agostinho, que entende a liberdade como participação no bem divino, Kant a identifica com a obediência a uma lei que a própria razão descobre e estabelece.

A moralidade, nesse sentido, é inseparável da liberdade: agir livremente é agir conforme o imperativo categórico, isto é, de tal modo que a máxima da ação possa valer como lei universal. A obediência a inclinações empíricas, a instintos naturais ou mesmo a mandatos divinos externos não constitui liberdade, mas heteronomia. A verdadeira dignidade da pessoa está em ser fim em si mesma, obedecendo apenas à lei que a razão reconhece como universalmente válida.

Embora Kant reconheça a necessidade de postular Deus e a imortalidade da alma como condições práticas para o pleno exercício da moralidade (já que sem eles não se pode garantir a conciliação entre virtude e felicidade), o fundamento da liberdade não reside em Deus, mas na estrutura racional do sujeito. A liberdade é, pois, formal, racional e autônoma, e não relacional ou teológica.

Portanto, o livre-arbítrio é a expressão concreta da liberdade, permitindo à vontade humana atuar de forma moral e consciente. Para Agostinho, Deus concedeu aos seres humanos o livre-arbítrio para que pudessem agir de maneira autônoma. Essa liberdade é essencial para que o homem possa escolher o bem e alcançar a virtude. O ser humano é responsável por suas escolhas, o livre-arbítrio não implica que todas as ações são boas, mas que um tem a liberdade de optar pelo caminho correto ou pelo pecado, com isso, Agostinho tentou explicar a origem do mal não é uma criação divina, mas sim uma consequência do mau uso do livre-arbítrio pelos seres humanos, quando alguém escolhe o pecado, afasta-se da bondade de Deus. Embora os seres humanos tenham liberdade, Agostinho reconhece que, devido ao pecado original, suas escolhas estão inclinadas para o mal. Assim, a graça divina é necessária para orientar à vontade para o bem e para salvação.

Para Agostinho, o livre-arbítrio é um presente divino que permite ao homem escolher entre o bem e o mal. No entanto, devido à natureza humana corrompida pelo pecado original, a verdadeira liberdade só pode ser alcançada com ajuda da graça de Deus. Seu pensamento influenciou profundamente a teologia cristã e a filosofia moral. Ao conceder ao homem o livre-arbítrio, o criador sabia que, com essa potência da vontade, o ser humano poderia pecar, ao homem, Deus concedeu a nobreza de possuir uma alma racional e dotada de livre-arbítrio, para que voluntariamente, pudesse aproximar-se do criador e permanecer voltado a Ele, sendo livre-arbítrio uma potência capaz de causar um querer voltado ao mal.

[...] se tudo provém de Deus, que é bem, de onde provém o mal? [...] Agostinho encontra em Plotino a chave para resolver a questão: o mal não é um ser, mas deficiência e privação de ser. Ele escreve: “E o mal, cuja origem eu buscava, não é uma substância, porque, se fosse uma substância, seria um bem. E na verdade, seria, uma substância incorruptível e por isso, sem dúvidas um grande bem ou seria uma substância corruptível e, por isso, bem que, de outra forma, não poderia estar sujeito á corrupção. Por isso, vi, claramente como tu fizeste todas as coisas (Reale e Antiseri, 1990, p. 455)

Compreendo, o livre-arbítrio vem de Deus porque Deus não é a origem do mal, da mesma forma, ele vai dizer que nos fez racionais, e que precisa fazer que a gente tenha capacidade de decidir o bem e o mal. Então, ele diz que Deus nos fez de modo que a gente pudesse escolher a sabedoria, trilhar o caminho reto e é isso que ele chega, e é isso que ele defende, que o livre-arbítrio deixa que a gente escolha entre o bem e o mal.

## 4.2 RELAÇÃO ENTRE LIBERDADE E LIVRE-ARBÍTRIO

A reflexão sobre a liberdade humana constitui um dos pilares da filosofia agostiniana. Na obra *O livre-arbítrio*, Santo Agostinho busca responder a uma questão que atormentava não apenas a sua própria consciência, mas também a problemática filosófica e teológica de seu tempo: se Deus é sumamente bom e justo, como explicar a existência do mal? Essa interrogação conduz Agostinho a uma investigação sobre a natureza do homem, sua capacidade de escolha e a relação entre liberdade e responsabilidade moral. Dessa forma compreender a relação entre liberdade e livre-arbítrio em Santo Agostinho não é apenas analisar conceitos abstratos, mas penetrar na própria dinâmica da condição humana diante de Deus, do bem e do mal.

### 4.2.1 O livre-arbítrio como dom de Deus

Agostinho defende que o livre-arbítrio foi dado ao homem como condição necessária para que este pudesse agir moralmente. A ausência dessa faculdade tornaria impossível tanto o mérito da virtude quanto a responsabilidade pelo pecado. Ele afirma: “Se o homem não tivesse o livre-arbítrio da vontade, não se poderia viver retamente nem praticar o bem” (*O Livre Arbítrio*, II, 1-4).

Quando Santo Agostinho afirma que “se o homem não tivesse o livre-arbítrio da vontade, não se poderia viver retamente nem praticar o bem”, ele está expondo um dos princípios fundamentais de sua antropologia moral: a liberdade é a condição de possibilidade da moralidade. Em termos filosóficos, Agostinho entende que o agir moral exige a capacidade de autodeterminação racional, isto é, a faculdade pela qual o sujeito pode discernir o bem e escolhê-lo por si mesmo.

Se o homem agisse apenas por necessidade natural, como os seres irracionais, suas ações não teriam valor ético, pois seriam determinadas por causas externas ou instintos. O mérito e a culpa pressupõem, portanto, que o agente seja autor de seus atos, e isso só é possível graças ao livre-arbítrio. Essa faculdade confere à vontade um papel constitutivo na estrutura da pessoa: ela é o princípio interno que move o ser humano a agir, não de modo mecânico, mas consciente e voluntário.

Do ponto de vista metafísico, Agostinho vê no livre-arbítrio um reflexo da imagem divina presente no homem. Deus, sendo o Bem absoluto, age livremente e não por necessidade. Criado à imagem de Deus, o homem participa dessa liberdade, podendo orientar-se para o bem de modo livre e racional. Assim, a liberdade humana é, ao mesmo tempo, um dom e uma responsabilidade: dom, porque é participação no ser divino; responsabilidade, porque exige o reto uso da vontade.

Segundo Santo Agostinho, o mal pode ser analisado sob três perspectivas distintas: a metafísico-ontológica, a moral e a física. Na perspectiva ontológica, o mal é compreendido como privação do bem; na física, manifesta-se como sofrimento ou limitação inerente à condição criada. Contudo, é sob o aspecto moral que se concentra o interesse da presente obra, pois é nesse âmbito que o mal assume sua forma propriamente ética: o pecado. Este consiste, segundo a terminologia agostiniana, em uma *aversio a Deo* (aversão a Deus) e *conversio ad creaturam* (conversão à criatura), isto é, no ato pelo qual o ser humano, deturpando a hierarquia dos bens, escolhe desordenadamente o finito em detrimento do Bem supremo.

Para Santo Agostinho, o mal metafísico não é propriamente “um mal”, mas uma limitação ontológica. Todo ser criado, por não ser Deus, é finito e imperfeito. Essa imperfeição não é uma corrupção moral, mas uma condição necessária de tudo o que é contingente. Somente Deus é o Ser pleno, o *ipsum esse subsistens*, a Bondade absoluta. As criaturas participam do ser em diferentes graus e, justamente por isso, possuem menos ser do que Deus.

Assim, o mal metafísico designa a imperfeição natural do criado diante da perfeição do Criador. Por exemplo: um animal irracional não possui razão; uma pedra não tem vida; um ser humano é mortal. Essas limitações não são más em si apenas indicam que o ser criado é ontologicamente limitado.

O mal físico, por sua vez, refere-se ao sofrimento, à dor e à corrupção material que afetam os seres criados. Doenças, desastres naturais, envelhecimento e morte são exemplos de males físicos, esses males não têm origem moral, mas pertencem à ordem natural do mundo criado.

No entanto, Agostinho os interpreta não como males absolutos, mas como elementos da harmonia universal. Mesmo o sofrimento e a destruição física podem servir a um bem maior dentro da totalidade da criação. Assim, a morte de um ser vivo, por exemplo, pode ser o meio de sustento de outro; o fogo que destrói também purifica e renova.

Sobre a relação entre o livre-arbítrio e o mal, Étienne Gilson, com grande acuidade, interpreta o pensamento agostiniano afirmando que duas condições são necessárias para a prática do bem:

Duas condições são exigidas para se fazer o bem: um de dom de Deus que é a graça e o livre-arbítrio. Sem o livre-arbítrio (após o pecado original) não queria o bem ou, se quisesse, não conseguiria realizá-lo. A graça, portanto, não tem efeito de suprimir a vontade ou, mas de torná-la boa, pois ele se transforma em má. Esse poder de usar bem o livre-arbítrio, mas o poder de não o fazer é a marca da liberdade. A possibilidade de se fazer o mal, é o grau supremo da liberdade (Gilson, 1994, p. 17-18).

Contudo, o pensamento de Santo Agostinho ultrapassa o seu tempo e permanece atual na reflexão sobre o mal e a responsabilidade moral. Reconhecer o valor ético de cada ação é o que permite ao ser humano direcionar sua liberdade para o bem, mesmo diante da inclinação ao mal que subsiste após a queda. Assim, o livre-arbítrio é compreendido como a faculdade concedida por Deus que possibilita ao homem escolher entre o bem e o mal. Trata-se de um dom divino, que, mal utilizado, torna-se a origem do mal moral não porque provenha de Deus, mas porque resulta do mau uso que a criatura faz da própria liberdade.

A antropologia agostiniana reconhece, entretanto, a fragilidade da condição humana após a queda. O livre-arbítrio permanece, mas a vontade encontra-se ferida pelo pecado original, inclinada ao mal e incapaz de alcançar plenamente o bem sem a ajuda da graça divina, nas palavras de Agostinho: “A liberdade quando se volta para o servir o pecado, perde-se, e só pela graça se recupera para servir a justiça” (o livre-arbítrio, III, 18). Isso significa que embora o homem possua o livre-arbítrio, sua plena liberdade só se realiza na união com Deus, mediante a graça que cura e eleva a vontade, aqui se percebe a profundidade da relação entre liberdade e livre-arbítrio: o livre-arbítrio é condição de possibilidade, mas a liberdade plena é fruto da cooperação entre a vontade humana e a graça divina.

A concepção agostiniana de liberdade e livre-arbítrio pode ser contrastada com a tradição grega e com pensadores posteriores. Em Platão, por exemplo, já encontramos a ideia de que a verdadeira liberdade consiste em viver segundo o bem e a verdade. Em Aristóteles, a ênfase recai sobre a escolha deliberada como fundamento da ação moral. Entretanto, Agostinho avança ao integrar essa reflexão à teologia cristã, mostrando que a liberdade não é apenas uma questão ética ou racional, mas também uma realidade soteriológica, vinculada à salvação. Como observa Étienne Gilson: “Agostinho introduziu uma dimensão nova à noção de liberdade, pois esta não se reduz a uma escolha, mas se identifica à adesão ao bem supremo, que é Deus” (Gilson, 1994, p. 72).

Esse aspecto influenciou profundamente a tradição medieval, especialmente Tomás de Aquino, que verá na liberdade a perfeição da vontade enquanto orientada para o bem universal.

#### **4.2.2 O livre-arbítrio como dom e condição da moralidade**

Agostinho defende que o livre-arbítrio é um dom divino, sem o qual não haveria responsabilidade moral. Ele escreve: “Se não existisse livre-arbítrio da vontade, não pode viver retamente nem praticar a justiça” (1995, p. 47)

O livre-arbítrio é, portanto, condição da dignidade humana. Deus, ao criar o homem, deu-lhe não apenas a razão, mas também a capacidade de escolher. Sem essa faculdade o homem seria um autônomo, incapaz de mérito ou culpa. Contudo, esse dom pode ser mal utilizado, o mal para Agostinho, não possui substância própria, ele é privação do bem. Assim, quando a vontade se afasta de Deus e se volta para bens inferiores, o livre-arbítrio degenera em pecado, como observa Étienne Gilson (1994, p. 134): “O drama do homem é que a faculdade que o torna livre é a mesma que o torna capaz de se perder”.

A reflexão de Agostinho influenciou decisivamente a tradição filosófica. Tomás de Aquino, por exemplo, retoma a distinção agostiniana ao afirmar que o livre-arbítrio é

uma potência racional orientada ao bem, mas que a liberdade só se realiza na conformidade com a lei eterna (Suma Teológica, I-II,q.83). A reflexão de Santo Agostinho sobre o livre-arbítrio exerceu uma influência duradoura na tradição filosófica e teológica cristã, sobretudo em Tomás de Aquino. Agostinho havia estabelecido que a liberdade humana não consiste apenas na capacidade de escolher, mas na orientação da vontade para o bem supremo, que é Deus. O mal surge quando a vontade, livre, se desvia do bem. A liberdade, portanto, não é mera autonomia, mas potencialidade de aderir à Verdade e ao Bem.

Tomás de Aquino retoma essa perspectiva e a sistematiza dentro de sua filosofia moral e teológica. Para ele, o livre-arbítrio é uma potência racional da alma, isto é, uma faculdade pela qual o ser humano pode deliberar e escolher entre alternativas, orientando-se racionalmente. No entanto, Aquino acrescenta uma dimensão normativa: a liberdade só se realiza plenamente quando está conforme a lei eterna, que é a participação da criatura na ordem divina (Suma Teológica, I-II, q.83).

Agostinho considera o livre-arbítrio um dom porque não é produzido pelo homem, mas recebido do criador. Deus, que é sumamente bom, concede à criatura racional a capacidade de autodeterminação, ou seja, de escolher entre diferentes caminhos. Sem esse dom, o ser humano não poderia amar a Deus de modo autêntico, pois o amor verdadeiro só é possível na liberdade. Nesse sentido, o livre-arbítrio é expressão da dignidade da pessoa, criada “à imagem e semelhança de Deus” (Gn 1,26), e torna o homem distinto dos demais seres criados, capazes apenas de agir por instintos ou determinação natural. Como afirma Agostinho: “Não haveria justiça se não existisse o livre-arbítrio da vontade” (O Livre Arbítrio, I, 12- 25)

Entretanto, o livre-arbítrio não é apenas um privilégio, ele é também uma condição da moralidade. Para Agostinho, não haveria sentido em falar de bem ou de mal, de virtude ou de pecado, se o ser humano não fosse livre para escolher. O mérito da obediência a Deus e a responsabilidade pelo pecado só existem porque há liberdade, ele escreve: “Sem o livre-arbítrio não se poderia viver retamente, nem se poderia praticar a justiça” (O Livre Arbítrio, II, 1,3)

A grande tensão na reflexão agostiniana reside no fato de que esse dom pode ser mal utilizado. Quando a vontade humana se desvia de Deus e busca um bem inferior como fim último, surge o pecado. O livre-arbítrio, portanto, não é anulado pela queda, mas fragilizado, inclinando-se desordenadamente. Daí a necessidade da graça que não destrói a liberdade, mas a cura e eleva, permitindo ao homem escolher novamente o verdadeiro bem.

Nas Confissões, Agostinho mostra o drama interior dessa liberdade ferida, mas real: “Eu era eu mesmo aquele que queria, eu mesmo aquele que não queria, era mais eu no que queria do que não queria. Mas, na verdade, era eu mesmo em ambos” (VIII, 10, §22), aqui aparece a luta da vontade dividida, incapaz de realizar o bem sem a graça, mas ainda responsável por suas escolhas.

Portanto, em Santo Agostinho, o livre-arbítrio é ao mesmo tempo um dom ontológico, que funda a dignidade humana, e uma condição ética, que possibilita a moralidade. É nele que se enraíza a responsabilidade humana diante de Deus e do próximo, revelando que a liberdade não é uma autonomia absoluta, mas um chamado à comunhão com bem supremo.

A análise da relação entre liberdade e livre-arbítrio em Santo Agostinho permite compreender que a questão central não se limita a uma faculdade psicológica ou a um mero poder de escolha, mas diz respeito ao núcleo mais profundo da existência humana. O livre-arbítrio é, para o bispo de Hipona, a condição originária da liberdade, mas não se confunde com a liberdade plena. Enquanto o livre-arbítrio aponta para a capacidade de escolher entre alternativas, a verdadeira liberdade só se realiza quando a vontade se orienta de modo estável para o sumo Bem, isto é para Deus.

Dessa forma, pode-se afirmar que o livre-arbítrio constitui a base da responsabilidade moral, pois sem ele não haveria mérito nem culpa. Contudo, ele se revela também ambíguo: pode conduzir tanto à comunhão com Deus quanto à ruptura do pecado. Essa ambivalência revela a tensão agostiniana entre dignidade do dom recebido e a fragilidade da vontade humana.

Portanto, a distinção entre livre-arbítrio e liberdade, longe de estabelecer uma oposição, mostra um caminho, o livre-arbítrio é o ponto de partida da vida moral, mas plenitude da liberdade somente se alcança na adesão ao Bem supremo, iluminada e sustentada pela graça divina. Nesse horizonte, Agostinho insere a liberdade não como autonomia absoluta do sujeito, mas como participação ordenada no amor de Deus, fundamento último da moralidade.

#### 4.3 A VONTADE LIVRE

A reflexão de Santo Agostinho sobre a vontade livre ocupa um lugar central em sua filosofia moral e metafísica, pois articula a compreensão da liberdade humana com a responsabilidade diante de Deus e a realidade do mal. A vontade livre, ou livre-arbítrio não se reduz a uma faculdade psicológica ou ao simples poder de escolha, ela é entendida como a faculdade espiritual que constitui a criatura racional como imagem de Deus e fundamento da vida moral. Nesse sentido, o estudo da vontade livre não é apenas ético, mas ontológico, na medida em que revela a estrutura profunda do ser humano e sua abertura para o bem supremo.

Para Agostinho, a vontade é inseparável do intelecto e se manifesta como capacidade de desejar, decidir e orientar-se em direção a um objeto, seja ele bom ou mau. No livre-arbítrio, ele afirma: “A vontade é aquilo pelo qual pecamos e pelo qual vivemos retamente” (II, 19-50). Assim, a vontade não é neutra, mas inclina-se sempre em direção a algo, evidenciando a responsabilidade intrínseca do sujeito. A liberdade de escolher é, portanto, condição necessária para que a ação humana tenha valor moral, pois sem ela não haveria mérito nem culpa, como observa Agostinho: “Não haveria justiça se não existisse o livre-arbítrio da vontade” (I, 12-25), além disso, Agostinho destaca que o homem foi criado com liberdade com dom divino, que permite ao ser humano aderir a Deus de forma autêntica: “Deus nos concedeu livre-arbítrio, para que pudessemos escolher a justiça por nossa própria vontade” (I, 2-3).

Entretanto, a vontade livre, embora fundamental para a moralidade, encontra-se fragilizada após a queda. Nas Confissões, Agostinho descreve a experiência da vontade dividida: “Eu era eu mesmo aquele que queria, eu mesmo aquele que não queria, era mais eu no que queria do que no que não queria. Mas, na verdade, era eu mesmo em ambos’ (VIII, 10-22)

Essa tensão evidencia que, embora a liberdade não seja eliminada pelo pecado, ela e inclina ao mal e necessita da graça divina para orientar-se corretamente, como reforça em outro trecho: “O livre-arbítrio não nos foi tirado, mas a vontade inclinada ao mal precisa da graça de Deus para escolher o bem verdadeiro (II, 18-47).

Santo Agostinho distingue também entre o livre-arbítrio e a verdadeira liberdade. O livre-arbítrio é a faculdade de escolher, enquanto a liberdade plena consiste em viver segundo a verdade e em comunhão com Deus. Nesse sentido, a liberdade humana atinge sua perfeição não na multiplicidade de escolhas, mas na orientação estável da vontade para o sumo bem, como enfatiza em Cidade de Deus: “A vontade perversa é a causa do pecado. Pois essa vontade, que é má, não foi obra de Deus, mas uma defecção da obra de Deus” (XII, 6).

A adesão ao bem supremo, portanto, é condição para que a vontade livre se realize plenamente.

Em segundo ponto, A reflexão de Santo Agostinho sobre a liberdade humana inscreve-se no núcleo mais profundo de sua metafísica e de sua antropologia teológica. Longe de compreender a liberdade como simples poder de escolha, Agostinho a define como a capacidade espiritual pela qual o ser humano participa do próprio ser divino. A vontade livre não é, portanto, uma faculdade isolada ou autônoma, mas a expressão da estrutura ontológica da criatura racional, criada à imagem e semelhança de Deus. É por meio da vontade entendida como amor e orientação do ser que o homem se eleva acima da necessidade e se abre ao infinito.

O argumento filosófico de Agostinho parte da concepção de que o homem é uma síntese viva entre o temporal e o eterno. Enquanto criatura, ele é dependente de Deus; enquanto imagem divina, é dotado de razão e liberdade. Essa dupla dimensão torna a liberdade humana um campo de tensão permanente entre a luz da verdade e as sombras da concupiscência. O livre-arbítrio é, assim, o espaço em que a criatura decide se permanecerá na ordem do ser, aderindo ao Bem, ou se cairá na desordem do não-ser, afastando-se de sua fonte. A liberdade, portanto, tem um caráter ontológico antes mesmo de ser ético: ela expressa a abertura do espírito humano à transcendência e à comunhão com o Absoluto.

Agostinho formula, a partir dessa estrutura, um argumento que pode ser sintetizado da seguinte maneira: Todo ser racional é criado por Deus e possui uma vontade livre, pela qual pode aderir ao bem, o mal não possui substância própria, mas é a *privatio boni*, isto é, a carência ou corrupção do bem. A causa do mal moral não está em Deus, mas na vontade humana que se desvia do bem supremo, a liberdade, quando usada retamente, conduz o homem à verdade e à felicidade; quando usada de modo desordenado, leva à servidão do pecado, a vontade, enfraquecida pelo pecado original, necessita da graça para reencontrar sua orientação natural e realizar plenamente sua liberdade. Esse raciocínio revela que a liberdade, para Agostinho, não é autossuficiente. A vontade criada, embora dotada de livre-arbítrio, não possui em si mesma o poder de permanecer no bem sem o auxílio da graça. Tal dependência não anula a liberdade, mas a funda positivamente. O homem é livre precisamente porque foi criado capaz de escolher Deus; e é verdadeiramente livre somente quando escolhe o Bem. O afastamento de Deus, longe de ampliar a autonomia humana, conduz à servidão interior, pois o homem passa a ser dominado pelas paixões e pelo

desejo desordenado dos bens inferiores. Assim, a liberdade mal orientada torna-se autodestrutiva.

Nessa perspectiva, a liberdade agostiniana possui uma estrutura teleológica: ela tende naturalmente a um fim, que é o próprio Deus. O livre-arbítrio é o meio, mas não o fim; sua finalidade é o amor ordenado (*ordo amoris*), no qual cada coisa é amada segundo o grau de perfeição que lhe corresponde. Quando o homem ama a Deus sobre todas as coisas, sua vontade se harmoniza com a ordem do universo e se torna plenamente livre. Quando ama desordenadamente as criaturas, coloca o finito no lugar do infinito e rompe a ordem do ser, caindo na alienação moral e espiritual. O pecado, nesse sentido, é a perda da direção da liberdade.

A genialidade filosófica de Agostinho consiste em reconciliar duas dimensões aparentemente contraditórias: a autonomia da vontade humana e a soberania da graça divina. Contra o determinismo, ele afirma que o homem é livre e responsável por suas escolhas, contra o pelagianismo, sustenta que sem a graça ninguém pode escolher o bem verdadeiro. Essa síntese profunda antecipa uma concepção dinâmica da liberdade, entendida não como indiferença, mas como movimento do espírito em direção à plenitude do ser. A graça não destrói o livre-arbítrio, mas o liberta de sua própria impotência, restaurando a capacidade de amar o que é realmente bom.

A liberdade, portanto, é uma realidade participativa. O homem não é fonte absoluta de sua liberdade, mas a recebe de Deus como dom. Essa participação, contudo, não o transforma em um ser passivo: ao contrário, o chama a uma colaboração ativa com a graça, pela qual sua vontade se torna realmente sua. A liberdade agostiniana é, assim, a unidade entre o agir humano e a ação divina, entre a vontade criada e a vontade criadora. No ápice dessa comunhão, o querer humano não é abolido, mas transfigurado, de modo que o homem pode dizer com o Apóstolo: “Já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim” (Gl 2,20).

Em última análise, o argumento filosófico de Santo Agostinho demonstra que a liberdade não é o poder de afastar-se de Deus, mas a possibilidade de unir-se a Ele. A independência total seria, paradoxalmente, a negação da própria liberdade, pois significaria a ruptura com o ser e com a verdade. O homem é livre porque participa da liberdade divina; e é plenamente livre quando sua vontade coincide com a Vontade do Criador. Essa concepção, que une razão e fé, funda uma antropologia da interioridade, em que a liberdade é o espelho da alma voltado para a luz de Deus.

Assim, Agostinho oferece à filosofia uma concepção elevada de liberdade: não como escolha arbitrária, mas como realização do ser na verdade e no amor. A vontade humana, quando iluminada pela razão e fortalecida pela graça, reencontra sua origem e seu destino. A verdadeira liberdade não consiste em fazer tudo o que se quer, mas em querer o que se deve e o dever supremo é amar o Bem. Nesse horizonte, o pensamento agostiniano permanece atual, pois recorda ao homem moderno, tentado pela ilusão da autonomia absoluta, que a liberdade sem verdade se converte em tirania, e que somente o amor ordenado é capaz de libertar plenamente o coração humano.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão desenvolvida neste estudo conduziu à compreensão de que a liberdade, em Santo Agostinho, não é um simples poder de escolha, mas o próprio movimento do espírito em direção ao Bem. O livre-arbítrio, dom concedido por Deus, revela a dignidade ontológica do homem enquanto criatura racional e imagem do Criador; contudo, também evidencia sua fragilidade, pois a mesma vontade que o eleva à comunhão com Deus é aquela pela qual pode afastar-se Dele.

A investigação mostrou que o mal, longe de possuir substância própria, é ausência e desordem da *privatio boni*. O mal nasce quando a vontade humana, dotada de liberdade, se desvia da ordem do ser e escolhe um bem menor, rompendo a harmonia interior e o vínculo com a fonte do Bem Supremo. Assim, a liberdade, quando mal utilizada, converte-se em servidão; e somente pela graça o homem reencontra o caminho que o reconduz à verdade e à justiça.

Compreende-se, então, que a verdadeira liberdade não se realiza na indiferença ou na autonomia absoluta, mas na adesão consciente e amorosa à Vontade divina. A vontade humana é livre na medida em que participa da liberdade de Deus. Ser livre, nesse horizonte, é permanecer no Ser, é harmonizar o próprio querer com o querer eterno. A graça, longe de anular a liberdade, é o que a torna plenamente verdadeira, pois restitui ao homem a capacidade de escolher o bem que o conduz à plenitude do ser.

Agostinho revela, com notável profundidade metafísica, que a liberdade é um mistério de participação e retorno. O homem é criado livre para voltar-se à sua origem; é chamado a transcender-se, a superar o amor desordenado às criaturas e a reencontrar em Deus o fundamento de toda a existência. A liberdade é, portanto, o caminho pelo qual o espírito se purifica, orientando-se da dispersão do tempo para a unidade eterna do Amor.

Conclui-se que, na filosofia agostiniana, a liberdade é o espelho do Absoluto no interior do homem. Ela se cumpre quando a vontade, iluminada pela verdade e movida pela graça, realiza o seu destino metafísico: unir-se ao Sumo Bem. Assim, ser livre é retornar à origem, é participar da luz de Deus e encontrar, na verdade amada, o sentido último da existência.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **O Livre-Arbítrio**. Trad. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção Patrística, v. 8).

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Trad. J. Oliveira Santos. São Paulo: Paulus, 1997.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Trad. Alexandre Correia. São Paulo: Loyola, 2001.

ARENDR, Hannah. **A vida do espírito: o pensar, o querer e o julgar.** Tradução de Antônio Abranches, César Augusto R. de Almeida e Helena Martins. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

BROWN, Peter. **Santo Agostinho de Hipona.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GILSON, Étienne. **Santo Agostinho.** Trad. Henrique Cláudio de Lima Vaz. São Paulo: Paulus, 1994.

GILSON, Étienne. **Introdução ao Estudo de Santo Agostinho.** São Paulo: Paulus, 2000.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 1995.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média.** São Paulo: Paulus, 1990.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. **A Liberdade em Santo Agostinho: Uma Análise Ontológica e Teológica.** São Paulo: Paulus, 2006.

WETZEL, James. **Augustine and the Limits of Virtue.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.